

Psicologia positiva e resiliência: foco no indivíduo e na família

Maria Angela Mattar Yunes¹

O presente capítulo apresenta a resiliência como um construto inserido nas prioridades de investigação da psicologia positiva. Tal movimento caracteriza alguns aportes da psicologia contemporânea que buscam compreender os aspectos potencialmente saudáveis dos seres humanos em oposição à psicologia tradicional e sua ênfase nos aspectos psicopatológicos. Tendo em vista que o construto de resiliência toma dimensões a partir de processos que explicam a superação de adversidades, poderia-se sugerir que o conceito de resiliência busca tratar de fenômenos indicativos de padrões de vida saudável. As pesquisas quantitativas realizadas sobre esse assunto apontam para um discurso que foca aspectos individuais e colabora para naturalizar a resiliência como uma capacidade humana. Os estudos sobre resiliência em famílias trazem contribuições de pesquisas

1. Versão revisada de artigo publicado na revista *Psicologia em Estudo*, 8 (número especial), 75-84, em 2003.

qualitativas realizadas na visão sistêmica, ecológica e de desenvolvimento. Neste texto, são apresentadas considerações acerca das dificuldades metodológicas e as controvérsias ideológicas conceituais que visam a sugerir uma cautelosa investigação de sentido antes da aplicação do termo resiliência na área das ciências humanas e sociais.

Psicologia positiva e resiliência

Durante todo o ano de 1998, Martin E. P. Seligman, na condição de presidente da American Psychological Association, escreveu artigos mensais que focalizavam a necessidade de mudança no foco das contribuições da psicologia, ainda centrados numa prática historicamente orientada para a compreensão e tratamento de patologias. Segundo este importante pesquisador, a ciência psicológica tem “esquecido” ou negligenciado a sua mais importante missão: a de construir uma visão de ser humano com ênfase em aspectos “virtuosos”. Nesta ótica, o movimento intitulado psicologia positiva vem afirmar-se na edição especial de 2001 do periódico *American Psychologist* e é definido como uma “tentativa de levar os psicólogos contemporâneos a adotarem uma visão mais aberta e apreciativa dos potenciais, das motivações e das capacidades humanas” (Sheldon & King, 2001, p. 216). Tendo em vista esta perspectiva, a ciência psicológica busca transformar velhas questões em novas possibilidades de compreensão de fenômenos psicológicos, tais como, felicidade, otimismo, altruísmo, esperança, alegria, satisfação e outros temas humanos tão importantes para a pesquisa quanto depressão, ansiedade, angústia e agressividade. Trata-se, portanto, de uma psicologia que almeja antes de qualquer coisa romper com o viés “negativo” e reducionista de algumas tradições epistemológicas que têm adotado o ceticismo diante de expressões salutogênicas de indivíduos, grupos ou comunidades. Entretanto, postular uma ciência que focalize potencialidades e qualidades humanas exige tanto esforço, reflexão e seriedade

conceitual, teórica e metodológica, quanto o estudo de distúrbios e desordens humanas. Na esteira destas iniciativas, alguns fenômenos indicativos de “vida saudável” têm sido mencionados como sistemas de adaptação ao longo do desenvolvimento (Masten, 2001), dentre os quais é destacada a resiliência.

Resiliência é frequentemente apontada em processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações (Yunes, 2001; Yunes & Szymanski, 2001; Tavares, 2001). Por tratar-se de um conceito relativamente novo no campo da psicologia, a resiliência vem sendo bastante discutida do ponto de vista teórico e metodológico pela comunidade científica. Alguns estudiosos reconhecem a resiliência como um fenômeno comum e presente no desenvolvimento de qualquer ser humano (Masten, 2001) e outros enfatizam a necessidade de cautela no uso “naturalizado” do termo (Martineau, 1999; Yunes, 2001).

Na língua portuguesa, a palavra resiliência aplicada às ciências sociais e humanas vem sendo utilizada há poucos anos. Nesse sentido, seu uso no Brasil ainda se restringe a um grupo bastante limitado de pesquisadores de alguns círculos acadêmicos. Muitos profissionais da área da psicologia, da sociologia ou da educação nunca tiveram contato com a palavra e desconhecem seu uso formal ou informal, bem como sua aplicação em quaisquer das áreas da ciência. Por outro lado, profissionais das áreas da engenharia, ecologia, física e, até mesmo, da odontologia revelam certa familiaridade com a palavra quando ela se refere à resistência de materiais. Nos diferentes países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, a palavra resiliência vem sendo utilizada com frequência não só por profissionais das ciências sociais e humanas, mas também em referências da mídia a pessoas, lugares, ações e objetos em geral. Uma pesquisadora canadense (Martineau, 1999) cita, em seu trabalho de doutorado sobre resiliência, alguns exemplos das contradições desse uso coloquial, quando pessoas famosas são consideradas “resilientes” pela mídia tanto por tolerarem como por terminarem seus casamentos. Pessoas ou produtos (desde pneus de carros até cremes para a pele)

que tanto resistem como provocam mudanças também são descritas como “resilientes” nos comerciais de jornais ou TV. Em diálogos informais, as pessoas classificam-se como “resilientes” ou “não-resilientes”, o que sugere uma “objetificação” ou “coisificação” do conceito.

No entanto, no Brasil, a palavra resiliência e seus significados ainda permanecem como “ilustres desconhecidos” para a maioria das pessoas, enquanto nos demais países mencionados o termo resiliência é inclusive muito utilizado para referendar e direcionar programas políticos de ação social e educacional, o que aqui (talvez felizmente) ainda parece estar longe de acontecer.

Para melhor exemplificar a diferença cultural nas prioridades de significado da palavra resiliência nas línguas portuguesa e inglesa, recorreu-se a dicionários atualizados. O dicionário de língua portuguesa de autoria de Ferreira (1999), conhecido como “Novo Aurélio”, diz que, na física, resiliência “é a propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora duma deformação elástica” (p. 566). No sentido figurado, o mesmo dicionário aponta o termo como “resistência ao choque”. O dicionário de língua inglesa *Longman Dictionary of Contemporary English* (1995) oferece duas definições de resiliência, sendo a primeira: “habilidade de voltar rapidamente para o seu usual estado de saúde ou de espírito depois de passar por doenças, dificuldades etc.: resiliência de caráter”². A segunda explicação para o termo encontrada no mesmo dicionário afirma que resiliência “é a habilidade de uma substância retornar à sua forma original quando a pressão é removida: flexibilidade.”³ (p. 1206)

Como se pode ver, os dois dicionários apontam para conceituações semelhantes e que ao mesmo tempo divergem, pois no dicionário em português a referência é feita apenas à resiliência de

2. Original em inglês: “the ability to return quickly to your usual health or state of mind after suffering an illness, difficulties etc.: resilience of character”.

3. Original em inglês: “the ability of a substance to return to its former shape when pressure is removed: flexibility”.

materiais e, mesmo no sentido figurado, nada é especificamente claro para a compreensão do que seja a resiliência quando se trata de pessoas. Já o dicionário de inglês confirma a prioridade ou maior familiaridade para o uso do termo em fenômenos humanos, apontando em primeiro plano a definição neste sentido.

Origens do conceito de resiliência

A noção de resiliência vem sendo utilizada há muito tempo pela física e engenharia, sendo um de seus precursores o cientista inglês Thomas Young. Em 1807, considerando tensão e compressão, introduz a noção de módulo de elasticidade. Young descrevia experimentos sobre tensão e compressão de barras, buscando a relação entre a força que era aplicada num corpo e a deformação que esta força produzia. Esse cientista foi também o pioneiro na análise dos estresses trazidos pelo impacto, tendo elaborado um método para o cálculo dessas forças (in Timoshebo, 1983). Resiliência é conceituada na engenharia como a energia de deformação máxima que um material é capaz de armazenar sem sofrer deformações permanentes, após receber determinada solitação (Silva Jr., 1972). Dito de uma outra maneira, a resiliência refere-se à capacidade de um material absorver energia sem sofrer deformação plástica ou permanente. Nos materiais, portanto, o módulo de resiliência pode ser obtido em laboratório através de medições sucessivas ou utilização de uma fórmula matemática que relaciona tensão e deformação e fornece com precisão a resiliência dos materiais. É importante ressaltar que diferentes materiais apresentam módulos variados de resiliência.

A resiliência como construto psicológico

Em psicologia, o estudo do fenômeno da resiliência é relativamente recente. Vem sendo pesquisado há cerca de trinta anos, mas

apenas nos últimos cinco anos os encontros internacionais têm trazido este construto para discussão. Sua definição não é clara, nem tampouco precisa quanto na física ou na engenharia (e nem poderia ser), diante da complexidade e multiplicidade de fatores e variáveis que devem ser levados em conta no estudo dos fenômenos humanos.

Os precursores do termo resiliência na psicologia são os termos *invencibilidade* ou *invulnerabilidade*, ainda bastante utilizados na literatura sobre resiliência. Vários autores (Masten & Garmezy, 1985; Rutter, 1985; Werner & Smith, 1992) relatam que “em 1974, o psiquiatra infantil E. J. Anthony introduziu o termo *invulnerabilidade* na literatura da psicopatologia do desenvolvimento, para descrever crianças que, apesar de prolongados períodos de adversidades e estresse psicológico, apresentavam saúde emocional e alta competência” (in Werner & Smith, 1992, p. 4). Alguns anos depois, era discutida a aplicação do termo, que parecia sugerir que as crianças seriam totalmente imunes a qualquer tipo de desordem, independente das circunstâncias. Como afirmaram Masten e Garmezy (1985): “um termo menos olímpico como *resiliência* ou *resistência ao estresse*, se fazia necessário” (p. 12). Segundo Rutter (1985, 1993), *invulnerabilidade* passa uma idéia de resistência absoluta ao estresse, de uma característica imutável, como se o ser humano fosse intocável e sem limites para suportar o sofrimento. Rutter (1993) considera que *invulnerabilidade* passa somente a idéia de uma característica intrínseca do indivíduo, e as pesquisas mais recentes têm indicado que a resiliência ou resistência ao estresse é relativa, que suas bases são tanto constitucionais como ambientais, e que o grau de resistência não tem uma quantidade fixa, e sim varia de acordo com as circunstâncias (Rutter, 1985). Resiliência e invulnerabilidade não são termos equivalentes, afirmam Zimmerman e Arunkumar (1994). Segundo estes autores, resiliência refere-se a uma “habilidade de superar adversidades, o que não significa que o indivíduo saia da crise ileso, como implica o termo invulnerabilidade” (p. 4).

Apesar dessas considerações, é essa versão inicial de resiliência como *invulnerabilidade* ou *resistência* frente às adversidades que

ainda vem orientando a produção científica de muitos pesquisadores da área. Tal perspectiva tem dado lugar à construção de um conceito que define a resiliência como um conjunto de traços e condições que podem ser replicados, conforme afirma Martineau (1999) em sua análise crítica sobre o discurso dos denominados por ela *experts* no assunto. A autora detectou três perspectivas distintas nos discursos vigentes sobre resiliência. Em primeiro lugar, o discurso dominante e bem documentado dos especialistas, resultante de elaborados estudos psicométricos e da análise estatística dos dados obtidos por medidas e em ambientes controlados através de escores de testes, notas de escola e perfis de personalidade ou temperamento. Esses são alguns exemplos de instrumentos utilizados para se chegar a um conjunto de características e traços que identificam a “criança/pessoa resiliente”. Martineau sumariza que os principais traços vistos como características fixas da resiliência e que formam um consenso na opinião de diversos autores são: sociabilidade, criatividade na resolução de problemas e um senso de autonomia e de proposta. Estas medidas do observável e de alguma maneira mensurável acabam por definir o que os autores (*experts*) chamam de resiliência. Em segundo lugar, a autora analisa o discurso experiencial, menos valorizado e subordinado ao discurso dos especialistas cuja base são os estudos qualitativos, com dados obtidos a partir de histórias de vida de adultos relatadas a psicoterapeutas (e identificados por outras pessoas como “resilientes”), nas quais “estão embutidas as idiosincrasias de memória, narrativa, identidade, interpretação e subjetividade” (Martineau, 1999, p. 73). São histórias de vida construídas e reconstruídas através das múltiplas interpretações do indivíduo. E, em terceiro lugar, Martineau apresenta o discurso de pessoas que trabalham diretamente com crianças e adolescentes (educadores, psicólogos, assistentes sociais), uma perspectiva de resiliência ainda *em construção*, que sintetiza aspectos dos dois discursos, dos *experts* e do experiencial. Ao posicionar-se, Martineau afirma que reificar/replicar as características de uma determinada criança como “resiliente” (através da mensuração de um conjunto de traços) é negar que resiliência é contingente/provisória, imprevisível e dinâmica.

Resiliência e pesquisas com foco no indivíduo

Vários autores estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos e do Reino Unido, têm desenvolvido pesquisas sobre resiliência. A maioria dos estudos tem por objetivo estudar a criança ou o adolescente numa perspectiva individualística, que foca traços e disposições pessoais. Ilustrativa desta tendência, é a definição adotada pelo Projeto Internacional de Resiliência, coordenado por Edith Grotberg e apoiado pela Bernard van Leer Foundation: “resiliência é *uma capacidade universal* que permite que uma pessoa, grupo ou comunidade previna, minimize ou supere os efeitos nocivos das adversidades” (Grotberg, 1995, p. 7). Muitos pesquisadores do desenvolvimento humano estudam os padrões de adaptação individual da criança associados ao ajustamento apresentado na idade adulta, ou seja, “procuram compreender como adaptações prévias deixam a criança protegida ou sem defesa quando exposta a eventos estressores” (Hawley & DeHann, 1996), e estudam também como os “padrões particulares de adaptação, em diferentes fases de desenvolvimento, interagem com mudanças ambientais externas” (Sroufe & Rutter, 1984, p. 27). Entre as publicações mais citadas, estão as primeiras no assunto, intituladas *Vulnerable but invincible* (Vulneráveis, porém invencíveis), *Overcoming the odds* (Superando as adversidades), ambos de Werner e Smith (1982, 1992) e *The invulnerable child* (A criança invulnerável) de Anthony e Cohler (1987). A importância destes estudos está na característica *long-term*, ou seja, são estudos longitudinais que acompanham o desenvolvimento do indivíduo desde a infância até a adolescência ou idade adulta. Segundo Werner e Smith (1992), poucos investigadores têm acompanhado populações de “alto risco” desde a infância e adolescência até a idade adulta, com o objetivo de monitorar efeitos dos fatores de risco e os fatores de proteção que operam durante os anos de desenvolvimento do indivíduo. O estudo longitudinal realizado por Werner (1986, 1993), Werner e Smith (1982, 1989, 1992) e outros colaboradores durou cerca de 40 anos, tendo iniciado em 1955. Esse estudo não

tinha como proposta inicial estudar a questão da resiliência, mas investigar os efeitos cumulativos da pobreza, do estresse perinatal e dos “cuidados familiares deficientes”⁴ no desenvolvimento físico, social e emocional das crianças. A pesquisa acompanhou 698 crianças nascidas em Kauai, uma ilha do Havaí. As crianças foram avaliadas com um ano de idade (incluindo entrevistas com os pais) e acompanhadas até as idades de 2, 10, 18 e 32 anos. O foco da pesquisa relatada no livro *Vulnerable but invincible* foram 72 crianças (42 meninas e 30 meninos) com uma história de quatro ou mais fatores de risco, a saber: pobreza, baixa escolaridade dos pais, estresse perinatal ou baixo peso no nascimento, ou ainda a presença de deficiências físicas. Uma proporção significativa dessas crianças era proveniente de famílias cujos pais eram alcoolistas ou apresentavam distúrbios mentais. Para surpresa dos pesquisadores, nenhuma dessas crianças desenvolveu problemas de aprendizagem ou de comportamento (Werner & Smith, 1982), o que foi considerado então como “sinal de adaptação ou ajustamento”. Diante desses indicativos, as crianças foram denominadas “resilientes” pelas pesquisadoras, pois nesse período já era discutido o que haveria de diferente nas crianças que eram criadas em circunstâncias adversas e não eram atingidas (embora não fique bem claro o que significa ser ou não atingido). Uma outra amostra estudada por Werner (1986) foi um subgrupo de 49 jovens da mesma ilha, cujos pais tiveram sérios problemas devido ao abuso do uso de álcool e sofreram conflitos familiares desde cedo, além de viver em condições de pobreza. Por volta dos 18 anos, 41% desse grupo apresentou problemas de aprendizagem, ao contrário dos restantes 59%. Esse último grupo foi denominado grupo “resiliente”, e diferia do primeiro por um número de medidas obtidas através de entrevistas com pais e entrevistas retrospectivas com os próprios jovens. Os fatores que discriminaram o grupo “resiliente”, tanto nas pesquisas de 1982 como na de 1986, incluíam: temperamento das crianças/jovens (percebidos como

4. *Poor parenting* no original em inglês (Martineau, 1999, p. 102).

afetivos e receptivos); melhor desenvolvimento intelectual; maior nível de auto-estima; maior grau de auto controle; famílias menos numerosas; menor incidência de conflitos nas famílias. As autoras atribuíram as diferenças às características constitucionais das crianças e ao ambiente criado pelos cuidadores da infância. Na última etapa dessa laboriosa pesquisa, Werner e Smith (1992, p. 192) concluíram que “um terço dos indivíduos considerados de alto risco tornaram-se adultos competentes capazes de amar, trabalhar, brincar/divertir-se e ter expectativas”. Conforme afirma Martineau (1999), a “resiliência” a que as autoras se referem foi identificada nas pesquisas iniciais como “invulnerabilidade às adversidades”, conceituação reformulada e mais tarde definida como “habilidade de superar as adversidades”. Werner (1993) notou que o componente chave do efetivo *coping* dessas pessoas é o sentimento de confiança que o indivíduo apresenta de que os obstáculos podem ser superados, o que confirma a ênfase colocada nos componentes psicológicos individuais, de um “algo interno”, apesar das inúmeras referências feitas pelas autoras aos aspectos protetores decorrentes de relações parentais satisfatórias e da disponibilidade de fontes de apoio social na vizinhança, escola e comunidade.

Como já citado, outro importante e referido pensador do assunto é o psiquiatra britânico Michael Rutter, precursor da temática, que, pelo número de publicações e pesquisas empíricas, tem orientado até hoje o curso dos projetos na área. Seus trabalhos mais conhecidos datam do início dos anos 70, com a investigação de diferenças entre meninos e meninas provenientes de lares desfeitos por conflitos (Rutter, 1970) e as relações entre os efeitos destes conflitos parentais no desenvolvimento das crianças (Rutter, 1971). Seus resultados indicaram que os meninos são mais vulneráveis que as meninas, não somente a estressores físicos, mas também aos psicossociais. Um de seus marcantes trabalhos nesta área foi desenvolvido com uma amostra de participantes da Ilha de Wight e da cidade de Londres (Rutter, 1979, 1981b), os quais haviam experienciado discórdias na família dos pais, eram de camadas sociais de baixa

renda, famílias numerosas, com história de criminalidade de um dos pais, doença mental da mãe ou institucionalizados sob custódia do governo. Seus resultados deram origem à sua afirmação bastante divulgada de que um único estressor não tem impacto significativo, mas que a combinação de dois ou mais estressores pode diminuir a possibilidade de conseqüências positivas (*positive outcomes*) no desenvolvimento, e que estressores adicionais aumentam o impacto de outros estressores presentes. Em 1981, Rutter publica um livro que trata da relação entre a ausência da figura materna e o desenvolvimento de psicopatologias na criança (Rutter, 1981a), com um capítulo que versa sobre resiliência e o comportamento parental de adultos que na infância tenham sofrido abandono. Entre as principais questões levantadas, aparece a mais freqüente formulação inicial dos estudos sobre resiliência: por que, apesar de passar por terríveis experiências, alguns indivíduos não são atingidos e apresentam um desenvolvimento estável e saudável? Rutter (1987) define resiliência como uma “variação individual em resposta ao risco”, e afirma “que os mesmos estressores podem ser experienciados de maneira diferente por diferentes pessoas”. De acordo com ele, a resiliência “não pode ser vista como um atributo fixo do indivíduo”, e “se as circunstâncias mudam a resiliência se altera” (p. 317). Mais recentemente, Rutter (1999) define a resiliência de uma forma mais ampla: “o termo refere-se ao fenômeno de superação de estresse e adversidades” (p. 119), e categoricamente afirma que “resiliência não constitui uma característica ou traço individual” (p. 135).

Entre outros pontos, nessa mesma publicação, Rutter (1999) chama a atenção para a extensão e variedade de respostas psicológicas implicadas, que envolvem processos a serem cuidadosamente examinados. Mas o foco de suas considerações mantém-se no indivíduo, e em especial na criança. Mais recentemente, importantes pesquisadores do assunto (Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000) manifestaram-se a esse respeito defendendo uma posição mediadora no sentido de enfatizar o caráter processual da questão da resiliência. Segundo os autores mencionados, há uma “confusão” entre *Pro-*

cesso vs Traço nos estudos, em decorrência do ocasional uso do termo “criança resiliente” por pesquisadores que, na verdade, são adeptos de uma visão dinâmica da resiliência, ou seja, processual. Luthar e colaboradores (2000) reiteram que o termo “criança resiliente”, empregado por muitos autores, não se refere a atributos pessoais, mas à pressuposição de condições de resiliência, a saber: a) a presença de fatores de riscos ao bem estar da criança, e b) a adaptação positiva da criança, apesar das adversidades.

A maioria destas considerações, e em especial as mais atuais (Luthar et al., 2000; Rutter, 1993, 1999), procura dar ao conceito um toque de relatividade, que nem sempre aparece nos estudos quantitativos que usam medidas e critérios estatísticos (talvez seja o que Luthar *et al.*, 2000 chamam de “rigor científico”, p. 556) baseados em comportamentos observáveis para identificar crianças “resilientes” num determinado ponto de suas vidas. O estudo desenvolvido por Martineau (1999) deixa claro que “resiliência tem diferentes formas entre diferentes indivíduos em diferentes contextos, assim como acontece com o conceito de risco” (p. 103).

A perspectiva no indivíduo é notória também na introdução de diversos estudos que investigam resiliência. As questões relativas a “habilidades individuais” são, em geral, ilustradas com pequenas histórias de pessoas que, apesar de terem trajetórias semelhantes, algumas conseguem superar os momentos de crise e outras sucumbem. Desta forma, o foco no indivíduo busca identificar resiliência a partir de características pessoais, tais como sexo, temperamento e *background* genético. Isso ocorre apesar de todos os autores acentuarem em algum momento o aspecto relevante da interação entre bases constitucionais e ambientais da questão da resiliência.

Muitos destes trabalhos situam-se na área da psicopatologia do desenvolvimento, a qual tem sido descrita como a ciência que estuda as “origens e o curso dos padrões individuais de comportamentos de desadaptação” (Sroufe & Rutter, 1984, p. 18), cuja ênfase está no desenvolvimento dos comportamentos patológicos ao longo

do tempo (Hawley & DeHann, 1996). Em muitos casos, o patológico estudado nos trabalhos sobre resiliência refere-se tão somente a populações em desvantagem social ou a minorias étnicas. Martineau (1999), ao comentar os estudos pioneiros de Werner e Smith (1982, 1992), salienta a construção inicial do que as autoras chamaram de “pobreza”, numa sociedade rural, não-industrializada, cuja população era predominantemente constituída por havaianos ou asiáticos. A eles foi atribuída pobreza, pois por volta de 1950, a economia do local girava em torno da pesca e da cana-de-açúcar.

Segundo Martineau, as pesquisadoras do *cohort*⁵ em Kauai fizeram uma descrição dos pais das crianças (classificados como “não-habilidosos e grosseiros”), com indicações de que eles estavam sendo comparados com populações urbanas de áreas industrializadas que tinham acesso a serviços médicos, educacionais e outras facilidades. Ilustrativo desta visão que permeia diversas pesquisas sobre resiliência é um dos artigos de Garmezy (1991) sobre “Resiliência e vulnerabilidade associados à pobreza” no qual o autor relata que, desde o início da década de 1970, seu grupo tem feito esforços no sentido de compilar os atributos de crianças negras que vivem em circunstâncias desfavoráveis, ou de baixa renda, mas que denotam competência. Esta atenção dos pesquisadores da resiliência dirigida especialmente a estas populações de imigrantes, pobres ou aqueles que vivem em circunstâncias de “desvantagem”, parece refletir uma preocupação daquelas sociedades com a “ameaça” que estes grupos podiam (ou podem) representar para as camadas das classes dominantes. É com esta conotação que as populações têm sido denominadas “populações em situação de risco”, ou de “alto risco”. Risco para quem? Dependendo da maneira como forem tratados os estudos sobre resiliência no Brasil, pode ser mantido este mesmo viés. Por isso, esta é uma questão que merece ser analisada com muita cautela.

5. Grupo de pessoas que nasceram e viveram durante o mesmo período histórico (Garbarino & Abramovitz, 1992).

A resiliência em famílias

Resiliência em famílias é um construto relativamente novo (Hawley & DeHann, 1996). Dos estudos sobre a resiliência no indivíduo, poucos têm considerado explicitamente as contribuições da família (Rutter, 1985; Werner & Smith, 1982). No geral, os estudos sobre família enfatizam os aspectos deficitários e negativos da convivência familiar. Uma criança “sintomática” ou um adolescente “com problemas na escola” logo dirigem o pensamento das pessoas para os possíveis desajustes de suas famílias. O interesse pela resiliência em famílias vem contribuir para reverter esse ciclo de raciocínio, trazendo para o mundo familiar uma ênfase “salutogênica” (Antonovsky & Sourani, 1988), ou seja, significa focar e pesquisar os aspectos sadios e de sucesso do grupo familiar ao invés de destacar seus desajustes e falhas.

A realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema indica que, foi no final dos anos 80 que as questões sobre *coping*, competência, desafios e adaptação do grupo familiar começaram a ser divulgadas. Um dos primeiros trabalhos específicos dessa área foi publicado por McCubbin e McCubbin (1988) sobre a “tipologia de famílias resilientes”, partindo da definição de que famílias “resilientes” são aquelas que resistem aos problemas decorrentes de mudanças e “adaptam-se” às situações de crise. Os autores estavam interessados em investigar características, dimensões e propriedades de famílias que as ajudariam a lidar com situações de crise, tragédias ou simplesmente transições no ciclo de vida e os efeitos na dinâmica familiar, como o nascimento do primeiro filho, sua adolescência ou a saída do filho de casa para a universidade. Para tal estudo, usaram o modelo das teorias de estresse para guiar as investigações e explicar o comportamento das famílias em situações que chamaram de “normativas” (as transições esperadas decorrentes do próprio desenvolvimento) e “não-normativas” (catástrofes e outras crises não esperadas no desenvolvimento). Chegaram a quatro tipos de famílias: *vulneráveis*, *seguras*, *duráveis* e *regenerativas*, dependendo da

forma como a unidade familiar lidava com as situações e em função do relacionamento entre os membros. Esse trabalho é importante por ter lançado o desafio aos pesquisadores do tema, chamando a atenção para a necessidade não só de estudar a resiliência em famílias, mas também de entendê-la em diferentes classes sociais e étnicas. Além disso, McCubbin e McCubbin (1988) delinearam a importância de olhar para o grupo familiar, sem esquecer a sua inserção e relação com a comunidade, e a importância de incrementar políticas de programas de apoio às famílias.

O potencial de pesquisas nesta área passou a ser explorado e alguns autores (Hawley & DeHann, 1996; Walsh, 1996) passaram a preocupar-se em esclarecer, conceituar, definir e propor novas perspectivas teóricas de resiliência em famílias.

Froma Walsh apresenta uma longa trajetória no estudo de famílias na cidade de Chicago e várias publicações sobre o tema (Walsh, 1993, 1996, 1998, 1999, 2003, 2005). Seus achados resultam dos anos de docência, da experiência no atendimento clínico e orientação de famílias e da prática de supervisão de casos acompanhados por outros profissionais de diferentes áreas. Segundo Walsh (1996),

“o foco da resiliência em família deve procurar identificar e implementar os processos-chave que possibilitam que famílias não só lidem mais eficientemente com situações de crise ou estresse permanente, mas saiam delas fortalecidas, não importando se a fonte de estresse é interna ou externa à família. Desta forma, a unidade funcional da família estará fortalecida e possibilitada a resiliência em todos os membros” (p. 263).

Numa de suas publicações sintetiza afirmando que “o termo resiliência em família refere-se a processos de adaptação e *coping* na família enquanto uma unidade funcional” (Walsh, 1998, p. 14). Na tentativa de integrar as contribuições das pesquisas e da

literatura sobre a resiliência no indivíduo e na família, Hawley e DeHann (1996) propõem a seguinte definição:

“Resiliência em família descreve a trajetória da família no sentido de sua adaptação e prosperidade diante de situações de estresse, tanto no presente como ao longo do tempo. Famílias ‘resilientes’ respondem positivamente a estas condições de uma maneira singular, dependendo do contexto, do nível de desenvolvimento, da interação resultante da combinação entre fatores de risco, de proteção e de esquemas compartilhados” (p. 293).

Nas concepções de Hawley e DeHann (1996) e de Walsh (1996), resiliência em família aparece definida de forma similar à encontrada na literatura em que o foco é o indivíduo. Isso não poderia ser diferente, já que se trata de concepções acerca do mesmo fenômeno. Entretanto, o nível de análise é que deve ser diferente, pois, quando se trata de resiliência em família, o fenômeno deixa de ser considerado como uma característica individual que sofre a influência da família, e passa portanto a ser conceitualizado como uma qualidade sistêmica de famílias (Hawley & DeHann, 1996).

Como já apontado anteriormente neste texto, vários autores indicaram nos seus estudos sobre resiliência no indivíduo a influência de relações com pessoas significativas e próximas como apoio para superação das adversidades da vida (Rutter, 1987; Werner, 1993; Werner & Smith, 1992). De acordo com Walsh (1998), a maioria das pesquisas e teorias sobre resiliência tem abordado o contexto relacional de maneira limitada, em termos da influência de uma única pessoa significativa numa relação diádica. A autora afirma: “A compreensão global de resiliência requer um complexo modelo interacional. A teoria sistêmica expande nossa visão de adaptação individual para a mutualidade de influências através dos processos transacionais”. (p. 12). Walsh propõe que sejam estudados processos-chave da resiliência em famílias, os quais fundamentam a sua proposta de

abordagem denominada “funcionamento familiar efetivo”. A autora organizou seus conhecimentos nesta área e propõe um panorama conceitual dentro de três domínios: sistema de crenças da família, padrões de organização e processos de comunicação. O quadro a seguir apresenta um sumário dos processos-chave da resiliência em família segundo Walsh (2003):

Tabela 1. Resumo dos Processos-Chave da Resiliência em Famílias

Processos-chave da resiliência		
Sistema de crenças (o coração e a alma da resiliência)	Atribuir sentido à adversidade	Visão das bases relacionais da resiliência vs bases individualistas Normalizar contextualizar a adversidade e o estresse Senso de coerência. Crises como desafios significantes, compreensíveis e administráveis Atribuir causas e explicações: Como isso pode acontecer? O que pode ser feito?
	Olhar positivo	Esperança e otimismo: confiança na superação das adversidades Coragem e encorajamento; afirmar forças; e focar nos potenciais Iniciativa (ação) e perseverança (espírito de poder fazer) Confrontar o que é possível: aceitar o que não pode ser mudado
	Transcendência e espiritualidade	Amplios valores, propostas e objetivos de vida Espiritualidade: fé, comunhão e rituais curativos Inspiração: visualiza sonhos, novas possibilidades, apresenta expressão criativa e ação social Transformação: aprende, muda e cresce através das adversidades

Padrões de organização	Flexibilidade	<p>Abertura para mudanças: reformular, reorganizar e adaptar-se frente aos novos desafios</p> <p>Estabilidade: sentido de continuidade e acompanhamento de rotinas</p> <p>Forte liderança: prover, cuidar, proteger e guiar</p> <p>Formas familiares variadas: parentalidade cooperativa/ equipes de cuidado</p> <p>Casais/ relação co-parental: igualdade na parceria</p>
	Coesão	<p>Apoio mútuo, colaboração e compromisso</p> <p>Respeito às diferenças, necessidades e limites individuais</p> <p>Busca de reconciliação e reunião em casos de relacionamentos conflituosos familiares</p>
	Recursos sociais e econômicos	<p>Mobilização da família extensa e da rede de apoio social.</p> <p>Busca de modelos e mentores</p> <p>Construção de segurança financeira: equilíbrio entre trabalho e exigências</p>
Processos de comunicação	Clareza	<p>Mensagens claras e consistentes (palavras e ações)</p> <p>Esclarecimentos de informações ambíguas.</p> <p>Busca-se a verdade/Fala-se a verdade</p>
	Expressões emocionais “abertas”	<p>Sentimentos variados são compartilhados (felicidade e dor; esperança e medo)</p> <p>Empatia nas relações: tolerância das diferenças</p> <p>responsabilidade pelos próprios sentimentos e comportamentos, sem busca do “culpado”</p> <p>Interações prazerosas e bem-humoradas</p>
	Colaboração na solução de problemas	<p>“Explosão de idéias” com criatividade</p> <p>Tomada de decisões compartilhada: negociação, reciprocidade e justiça</p> <p>Foco nos objetivos: dar passos concretos; aprender através dos erros</p> <p>Postura proativa: prevenção de problemas, resolução de crises, preparação para futuros desafios</p>

Fonte: extraído do artigo publicado por Walsh (2003; traduzido pela autora deste capítulo).

Estes processos podem estar organizados e expressarem-se de diferentes formas e níveis, já que servem diferentes constelações, valores, recursos e desafios das famílias (Walsh, 1998). Apesar de os pesquisadores da resiliência em família defenderem teorias que ampliam a compreensão anteriormente limitada pelo espectro no indivíduo, surgem outras questões semelhantes às anteriores. Serão os critérios apresentados por Walsh (1998), suficientes para *definir* resiliência em família? Como garantir que o conceito de resiliência seja usado no Brasil, por políticas públicas que apóiam e mantêm as desigualdades sociais, baseadas no “sucesso” ou “insucesso” de indivíduos e das famílias? Será possível escapar da concepção de resiliência dominante no discurso dos especialistas e apontada por Martineau (1999): “a resiliência como um código ideológico de conformidade ao sucesso prescrito por normas sociais vigentes” (p. 11)? Um exemplo desta tendência é a frequência da afirmação do papel crítico da pobreza nos estudos sobre resiliência e desenvolvimento humano. Embora a situação de pobreza não seja apontada como a causa direta de deficiências, sugere-se que as circunstâncias associadas a ela apresentam alta correlação com respostas adversas (Garmezy, 1991; Thompson, 1991). Até mesmo os principais mentores do conceito da resiliência, que em alguns momentos apresentam afirmações contrárias a estas concepções, acabam de alguma forma caindo no viés daqueles que patologizam a pobreza e às vezes indiretamente acabam por “culpar a vítima” (Rutter, 1996).

Reflexões finais

Na primeira parte deste artigo foi apresentada a questão da resiliência inserida no movimento da psicologia positiva, reafirmando a sua importância para a determinação de novos horizontes para pesquisas nas áreas das ciências humanas e sociais. Num segundo momento, foi revisada a noção de resiliência sob diferentes perspectivas, demonstrando que, no enfoque da psicologia, tem-se procura-

do compreender os processos e as condições que possibilitam a “superação” de situações de crises e adversidades. Foram apresentadas as idéias de Martineau (1999), com destaque para os discursos sobre resiliência como: o discurso dos *experts* que fala sobre traços e características individuais; o discurso experiencial, baseado em dados qualitativos das histórias de vida, relatos e narrativas construídas e reconstruídas pelas interpretações de cada indivíduo; e o discurso dos educadores, psicólogos e assistentes sociais, que denota a resiliência na perspectiva da “síntese” entre os dois discursos mencionados, o dos *experts* e o experiencial. Na categoria dos *experts*, inclui-se ainda um dos estudos mais recentes de Rutter (1999), que, apesar de manter suas considerações no indivíduo, pondera afirmações de que resiliência não é uma característica ou traço individual, mas que processos psicológicos devem ser cuidadosamente examinados. Tal idéia, de certa forma, coincide com a posição de Martineau (1999) sobre o assunto. Conforme demonstrado, outros importantes pesquisadores contemporâneos, como Luthar, Cicchetti e Becker (2000) e Masten (2001), também defendem claramente o caráter processual da questão da resiliência.

Quanto aos pesquisadores da resiliência em famílias, os debates neste campo ainda estão em fase inicial de investigação. As discussões têm contribuído para reverter o panorama “negativo” no qual o mundo familiar tem como figura principal os desajustes e os conflitos. Focar, pesquisar, compreender e fortalecer os aspectos sadios e de sucesso do grupo familiar significa estudar processos e percepções de elementos das experiências de vida, compreendidos na ótica sistêmica, ecológica (Bronfenbrenner, 1996, 1998) e de desenvolvimento, conforme mostra a abordagem de Walsh (1996, 1998, 2003, 2005). Poder-se-ia dizer que este corpo de conhecimentos forma um “discurso subordinado”, não por “curvar-se” ou submeter-se às regras do discurso dominante (muito pelo contrário), mas por estar ainda em construção (Yunes, 2001). Assim, deve ser enfatizada a importância da questão da resiliência, seja em crianças, adolescentes, adultos, idosos ou grupos familia-

res. Devem-se ter em mente as controvérsias apontadas neste capítulo, cujo objetivo foi insinuar um “discurso crítico”. Este discurso sugere uma cautelosa investigação de sentido que possibilite o uso criterioso do termo. O conceito é interessante para ser pesquisado, principalmente por trazer o desafio para a construção de linhas de pesquisa centradas num conhecimento que justifique os aspectos de saúde da condição humana, sem que se incorra em classificações ou rotulações ideologicamente determinadas.

Referências

- Anthony, E. J. & Cohler, B. J. (1987). *The invulnerable child*. New York: Guilford.
- Antonovsky, A. & Sourani, T. (1988). Family sense of coherence and family sense of adaptation. *Journal of Marriage and the Family*, 50, 79-92.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, Trad) Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1979)
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. Em W. Damon (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol. 1; pp. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Ferreira, A. B. de H. (1999). *Novo Aurélio: o Dicionário do Século XXI*. São Paulo: Nova Fronteira.
- Garbarino, J. & Abramowitz, R. H. (1992) Sociocultural risk and opportunity. In J. Garbarino (Ed.), *Children and families in the social environment* (2nd ed.) (pp. 35-70). New York: Aldine de Gruyter,
- Garmezy, N. (1991). Resiliency and vulnerability to adverse developmental outcomes associated with poverty. *American Behavioral Scientist*, 34, 416-430.
- Grotberg, E. (1995). *A guide to promoting resilience in children: Strengthening the human spirit*. The Hague: The Bernard van Leer Foundation.

Hawley, D. R. & DeHann, L. (1996). Toward a definition of family resilience: Integrating life span and family perspectives. *Family Process*, 35, 283-298.

Longman Dictionary of Contemporary English (1995). (3ª ed.) Longman Dictionaries.

Luthar, S. S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000) The construct of resilience: a critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71(3), 543-562.

Martineau, S. (1999). *Rewriting resilience: a critical discourse analysis of childhood resilience and the politics of teaching resilience to "kids at risk"*. Tese de Doutorado não publicada, The University of British Columbia, Vancouver, Canada.

Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: resilience processes in development. *American Psychologist*, 56 (3), 227-238.

Masten, A. S. & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability and protective factors in developmental psychopathology. In B. B Lahey & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (Vol. 8; pp.1-52). New York: Plenum Press.

McCubbin, H. I. & McCubbin, M. A. (1988). Typologies of resilient families: Emerging roles of social class and ethnicity. *Family Relations*, 37, 247-254.

Rutter, M. (1970). Sex differences in children's response to family stress. In E. J. Anthony & C. Koupernik (Eds.), *The child in his family* (pp. 165-196). New York: Wiley.

Rutter, M. (1971). Parent-child separation: Psychological effects on the children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 12, 233-260.

Rutter, M. (1979). *Changing youth in a changing society: Patterns of adolescent development and disorder*. London: Nulfield Provincial Hospitals Trust.

Rutter, M. (1981a). *Maternal deprivation reassessed*. Harmondsworth: Penguin.

Rutter, M. (1981b). Stress, coping and development: Some issues and some questions. *Journal of Child Psychology & Psychiatry*, 22, 323-356.

Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147, 598-611.

- Rutter, M. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57(3), 316-331.
- Rutter, M. (1993). Resilience: Some conceptual considerations. *Journal of Adolescent Health*, 14, 626-631.
- Rutter, M. (1999). Resilience concepts and findings: Implications for family therapy. *Journal of Family Therapy*, 21, 119-144.
- Sheldon, K. M. & King, L. (2001). Why positive psychology is necessary. *American Psychologist*, 56(3), 216-217.
- Silva Jr., J. F. (1972). *Resistência dos materiais*. São Paulo: Ao Livro Técnico.
- Sroufer L. A. & Rutter, M. (1984). The domain of developmental psychopathology. *Child Development*, 55, 17-29.
- Tavares, J. (2001). A resiliência na sociedade emergente. In J. Tavares (Ed.), *Resiliência e educação* (pp. 43-75). São Paulo: Cortez.
- Timoshebo, S. P. (1983). *History of strength of materials*. Stanford.
- Walsh, F. (1993). Conceptualization of normal family processes. In F. Walsh (Ed.), *Normal family processes* (pp. 3-69). New York: The Guilford Press.
- Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process*, 35, 261-281.
- Walsh, F. (1998). *Strengthening family resilience*. New York: The Guilford Press.
- Walsh, F. (1999). *Spiritual resources in family therapy*. New York: The Guilford Press.
- Walsh, F. (2003). Family resilience: Framework for clinical practice. *Family Process*, 42(1), 1-18.
- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca.
- Werner, E. E. (1986). The concept of risk from a developmental perspective. In B. K. Keogh (Ed.), *Advances in special education, developmental problems in infancy and preschool years* (Vol. 4; pp. 1-23) Greenwich: JAI Press.
- Werner, E. E. (1993). Risk, resilience and recovery: Perspectives from the Kauai longitudinal study. *Development and Psychopathology*, 5, 503-515.

Werner E. E. & Smith, R. S. (1982). *Vulnerable but invincible: A longitudinal study of resilient children and youth*. New York: McGraw-Hill.

Werner E. E. & Smith, R. S. (1989). *Vulnerable but invincible: A longitudinal study of resilient children and youth*. New York: Adams-Banaster-Cox.

Werner E. E. & Smith, R. S. (1992). *Overcoming the odds: High-risk children from birth to adulthood*. Ithaca: Cornell University Press.

Yunes, M. A. M. (2001). *A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda*. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Yunes, M. A. M. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In J. Tavares (Ed.), *Resiliência e educação* (pp. 13-42). São Paulo: Cortez.

Zimmerman, M. A. & Arunkumar, R. (1994). Resiliency research: Implications for schools and policy. *Social Policy Report: Society for Research in Child Development*, 8(4), 1-18.